

Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores

*Keeping our immigrants
healthy: hygienist doctrine in
the Hospedaria de Imigrantes
da Ilha das Flores*

Luís Reznik

Professor, Departamento de Ciências Humanas e
Programa de Pós-graduação em História Social/
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

orcid.org/0000-0002-5844-4777

luisreznik@gmail.com

Juliana Carolina Oliveira Costa

Pesquisadora, Centro de Memória da
Imigração da Ilha das Flores/UERJ.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil

orcid.org/0000-0003-2445-056X

ju_oliverc@hotmail.com

Recebido em 30 abr. 2017.

Aprovado em 20 mar. 2018.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702019000100002>

REZNIK, Luís; COSTA, Juliana Carolina Oliveira. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.26, n.1, jan.-mar. 2019, p.15-32.

Resumo

A criação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em 1883, esteve de acordo com os preceitos higienistas vigentes na época. O isolamento de imigrantes na costa leste da baía de Guanabara ocorreu em virtude das epidemias de febre amarela que retornavam à capital do Império todo verão, desde 1849-1850. Higienistas atribuíam a doença à precária condição sanitária da cidade do Rio de Janeiro, que propiciava a multiplicação do germe e infeccionava a atmosfera. Na medida em que os médicos reinterpretavam a doença à luz da teoria pasteuriana, foram sendo adotados novos procedimentos para a recepção de imigrantes, alterando a estrutura e o funcionamento da Hospedaria da Ilha das Flores.

Palavras-chave: imigração; Hospedaria da Ilha das Flores; higienismo.

Abstract

The Hospedaria de Imigrantes (Immigrant Lodgings) da Ilha das Flores was established in 1883 in accordance with the hygienist thinking of the time. Immigrants were isolated on the east coast of Guanabara Bay because of the epidemics of yellow fever which returned to the Imperial capital every summer since 1849-1850. Hygienists attributed the disease to the precarious health conditions in the city of Rio de Janeiro, which enabled germs to multiply and infect the atmosphere. As physicians reinterpreted the disease in light of Pasteurian theory, new procedures were adopted to receive immigrants, changing the structure and function of the facility on Ilha das Flores.

Keywords: Immigration; Hospedaria da Ilha das Flores; Hygienism.



Na segunda metade do século XIX, teve início “a maior migração dos povos na História” (Hobsbawm, 1996, p.207). Estima-se que, durante o período de 1880 a 1915, cerca de 31 milhões de europeus se deslocaram pelo continente a fim de alcançar um dos portos que permitisse o embarque num vapor rumo às Américas.¹ Diante de números tão elevados, foram comuns as cenas de pessoas dormindo ao relento ou lotando os albergues localizados nas imediações das estações marítimas, enquanto aguardavam a vinda do navio que as conduziria para o outro lado do Atlântico.

Após atravessar o oceano, amontoados na terceira classe dos navios a vapor, multidões de imigrantes finalmente desembarcavam nos países americanos. Para receber e organizar toda essa população, o poder público passou a intervir de maneira direta, criando dispositivos territoriais e administrativos para registro, controle e – em alguns casos – encaminhamento dos imigrantes recém-chegados. Assim, surgiram grandes estruturas de recepção, como Ellis Island (1892), nos EUA; Hotel de Inmigrantes de La Rotonda (1882), na Argentina, Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883) e Hospedaria do Brás (1887), ambas no Brasil.

Tais estruturas representaram o amadurecimento de experiências anteriores, isto é, de pequenas hospedarias – públicas ou particulares – reinventadas em função das especificidades dos lugares e dos contextos locais. Nos EUA, por exemplo, Ellis Island substituiu Castle Garden² devido à política de centralização dos serviços imigratórios promovida pelo governo federal. No Brasil, mais especificamente na província do Rio de Janeiro, a substituição da Hospedaria do Morro da Saúde pela Hospedaria da Ilha das Flores foi reflexo dos preceitos científicos da época, em particular das ideias higienistas.³

Rio de Janeiro: o túmulo dos estrangeiros

A segunda metade do século XIX foi marcada por transformações que estimularam o deslocamento maciço de europeus para outros continentes, sobretudo para as Américas. Embora não tenham sido as únicas causas, o avanço das estruturas capitalistas conjugado à ocupação dos territórios “despovoados”⁴ e à progressiva substituição da mão de obra escrava pela livre foram os principais motivos dos deslocamentos populacionais do período que ficou conhecido como Grande Migração.

Na Europa, as transformações resultantes dos processos de industrialização geraram um contingente de mão de obra ociosa. À pauperização de uma população crescente somava-se a instabilidade política, ambas advindas das revoluções liberais e guerras diversas. Se, por um lado, o quadro europeu era propenso à expulsão de parte dessa população, por outro, o cenário americano mostrava-se atrativo e promissor. O governo brasileiro, por exemplo, procurou atrair os imigrantes europeus seguindo duas direções. Primeiramente, a adoção de uma lógica de ocupação de terras públicas baseada na pequena propriedade e na agricultura familiar, por meio do sistema de formação de colônias (Iotti, 2001). A obtenção de mão de obra para as lavouras de café, sobretudo para as terras recém-cultivadas do oeste paulista, foi o segundo viés que direcionou as políticas oficiais (Gonçalves, 2012).

A política de imigração e colonização promovida pelo governo imperial provocou a reação dos cafeicultores, uma vez que a legislação brasileira orientava o fluxo de imigrantes

para os núcleos coloniais, justamente no período em que a cultura cafeeira se expandia para novas áreas.⁵ Além disso, tornava-se cada vez mais difícil obter escravos para a lavoura, devido à proibição do tráfico transatlântico de africanos (1850) e, posteriormente, à promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Nesse contexto, os cafeicultores passaram a reivindicar para suas lavouras os estrangeiros que ingressavam no Brasil.

O governo imperial passou a dividir as ações de atração de imigrantes para o país com as administrações provinciais e com a iniciativa privada. A política colonizadora foi, em grande medida, mantida pela administração imperial, enquanto as províncias e os particulares passaram a incentivar a vinda de imigrantes para garantir braços para a grande lavoura. Nesse último caso, destacaram-se os presidentes da província e os cafeicultores de São Paulo, que criaram agremiações promotoras da imigração.

Vale ressaltar que, para os dirigentes políticos e intelectuais, a introdução de trabalhadores europeus significava mais do que uma solução para os problemas de povoamento ou de substituição de mão de obra. Segundo as projeções racialistas do período, a imigração estrangeira – ou melhor, a imigração europeia – significaria uma facilitação à chegada do progresso. Tais ideias podem ser verificadas nos discursos produzidos por dirigentes e publicistas brasileiros em defesa da imigração europeia, nos quais se afirmava que somente com a vinda de povos considerados “superiores” e “morigerados” o Brasil alcançaria o progresso e a civilização (Schwarcz, 1993; Seyferth, 2002; Menezes, 2013). Em outras palavras, além de trabalhar nos campos, o indivíduo que vinha do outro lado do oceano deveria servir como elemento branqueador e civilizador.

Dada a importância atribuída ao trabalhador europeu, o governo brasileiro adotou uma série de medidas para promover e estimular a imigração. Em janeiro de 1867, foi aprovado o regulamento para as colônias do Estado. O governo se comprometia a conceder aos imigrantes que desejassem se estabelecer nos núcleos coloniais o pagamento das terras em cinco prestações, a contar do fim do segundo ano de seu estabelecimento; edifício especial para abrigar os recém-chegados e auxílio gratuito no valor de vinte mil réis (Brasil, 1867).

Não é mera coincidência que, no mesmo ano, o governo brasileiro tomou para si a responsabilidade de providenciar um local adequado para receber os imigrantes que chegavam à cidade do Rio de Janeiro e que tinham como destino as colônias oficiais criadas pelo Império. Para tanto, Manoel Pinto de Souza Dantas, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mandou arrendar do doutor José Rodrigues Ferreira um conjunto de prédios situados no morro da Saúde, instalando ali a Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde (Dantas, 1867, p.69-70).

Em 1876, foi criada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pela fiscalização e direção de todos os serviços referentes à imigração e à colonização. Desse modo, entre outras atribuições, coube à referida inspetoria fiscalizar os contratos firmados com particulares, em virtude dos quais ficavam estes obrigados a introduzir no Brasil certo número de imigrantes “moços e laboriosos” que fossem, na máxima parte, agricultores, além de assegurar ao imigrante hospedagem e transporte gratuito até o lugar que preferisse, dando-lhe plena e completa liberdade de se estabelecer na colônia que escolhesse para sua residência, bem como a garantia de acesso a terra, sementes e instrumentos de trabalho.

Apesar dos favores e garantias concedidos aos estrangeiros que decidissem se estabelecer em território brasileiro, o movimento de entrada de imigrantes não atendia às expectativas do governo imperial. Entre 1876 e 1882, o Brasil recebeu uma média anual de apenas 23 mil imigrantes,⁶ enquanto nos EUA a entrada de imigrantes oscilou entre setecentos e oitocentos mil, por ano (Hobsbawm, 1996, p.204). Para Alfredo d'Escragno Taunay, presidente interino da Junta Central de Higiene Pública, a principal razão para o Brasil não obter o resultado desejado estava relacionada à precariedade das condições sanitárias da capital do Império, noticiada constantemente tanto pela imprensa nacional quanto pela estrangeira.

Para Taunay (1877, p.2),

sem a observância rigorosa dos preceitos de higiene pública nada pode prosperar ... em países novos, cheios de recursos, mas sem população suficiente para os aproveitar, e cujo progresso e desenvolvimento depende não só das atividades físicas e morais de seus filhos, como do auxílio de estrangeiros que lhes tragam os progressos da indústria, agricultura, artes e ciências, e façam aproveitar os grandes recursos de que dispõem. Como, porém, alcançar esse desiderato, quando o estrangeiro, que para ele busca emigrar, receia, e com razão, a cada instante, de ser vítima das epidemias e endemias que o infestam.

Os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado, relacionando as epidemias que afligiam o Rio de Janeiro e as condições de vida na cidade (Benchimol, 2001). Em 1851, após a primeira epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, a Assembleia Geral reconheceu a necessidade de se estabelecer uma defesa sanitária permanente, criando, para tanto, a Junta Central de Higiene Pública. Os membros da Junta Central atribuíram o desenvolvimento da febre amarela à existência de pântanos malcheirosos, poças de água estagnada e matéria em decomposição que se encontravam espalhadas por toda parte da cidade, visto que a ausência de um sistema de esgoto tornava comum o despejo de dejetos em lugares impróprios, como praias, valas, ruas e terrenos baldios. Além disso, consideravam que os cortiços, que se alastravam na área central da cidade, agravavam as condições sanitárias da Corte.

Com base na teoria anticontagionista, higienistas da Junta Central acreditavam que a negligência do ambiente natural e humano contribuía para a emissão de partículas venenosas que se desprendiam do solo, subindo em direção à atmosfera (Chalhoub, 2011). Acreditava-se que, no intenso calor do verão, era possível observar a produção e a liberação de tais partículas, conhecidas como miasmas. Nessa época do ano, os miasmas se espalhavam com maior intensidade pela cidade, possibilitando a proliferação de diversas doenças, incluindo a febre amarela. Nesse sentido, para os anticontagionistas, a prevenção da doença exigia intervenções urbanísticas capazes de restaurar o equilíbrio do ambiente (Benchimol, 2001; Chalhoub, 2011).

As medidas adotadas pelos anticontagionistas convergiram para as medidas defendidas pelos contagionistas. Dina Czeresnia (1997, p.83) afirma que a principal diferença entre as teorias não residiu na forma de contrair a doença, pois, “para ambas, a doença origina-se de estímulos provenientes do mundo externo e do contato com outros homens”. O acalorado debate teórico foi motivado por divergências quanto à organização das práticas sanitárias.

Enquanto os anticontagionistas defendiam procedimentos de controle do ambiente, contagionistas exigiam o controle do indivíduo, por meio do isolamento em hospitais e da imposição de quarentenas.

O debate entre contagionistas e anticontagionistas revela que o conhecimento sobre a febre amarela permanecia imperfeito e incompleto, não permitindo respostas seguras a várias questões. Porém, podia-se afirmar com certeza que, entre os doentes acometidos pela febre amarela, os imigrantes foram os que mais sofreram em termos de perdas de vidas humanas, conforme se pode verificar na Tabela 1. Assim, no verão de 1876, quando uma grave epidemia de febre amarela assolou a cidade do Rio de Janeiro, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Thomaz José Coelho de Almeida (1877, p.403), ordenou que os imigrantes alojados na Hospedaria do Morro da Saúde, bem como todos os outros que chegassem à cidade, deveriam ser removidos para “pontos bem reputados por suas condições de salubridade”.

Tabela 1: Nacionalidade dos doentes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em 1876

Nacionalidades	Doentes	Mortos
Brasileiros	420	99
Portugueses	3.808	1.208
Italianos	339	191
Franceses	195	93
Espanhóis	432	138
Outras	848	244
Não indicadas	224	77
Total:	6.266	2.050

Fonte: Relatório da Junta Central de Saúde Pública, 1876, citado em Taunay (1877, Anexo F, p.50).

Levando em conta a Tabela 1, a quantidade de doentes entre estrangeiros é bastante superior aos brasileiros. Da mesma forma, o percentual de óbitos entre estrangeiros (33%) também é superior aos brasileiros (24%). Analisando cada grupo de estrangeiros em particular, a febre amarela fez mais vítimas fatais entre os italianos (56,34%), seguidos pelos franceses (47,69%), espanhóis (31,94%) e portugueses (31,72%).

As estatísticas indicam ainda que os indivíduos que estavam sujeitos às condições sanitárias da cidade por um período de tempo maior suportavam a doença melhor do que aqueles que estavam em processo de adaptação a esse meio ambiente. Citando Pereira Rego, Chalhoub afirmou que “a febre amarela ... castigava impiedosamente ‘os estrangeiros recém-chegados e os brasileiros vindos do interior’, mas era ‘quase nula sua influência nos pretos’” (Pereira Rego citado em Chalhoub, 2011, p.93; destaques no original).

Conforme se verifica na Tabela 2, entre o grande número de vítimas da febre amarela destacavam-se os estrangeiros recém-chegados, possivelmente pela ausência de contato

anterior com o agente causal (Telarolli Júnior, 1996). Benchimol descreve a preocupação das autoridades médicas em manter os imigrantes saudáveis. Nas palavras de Max von Pettenkofer,⁷ “talvez seja possível tornarem-se os homens brancos, por meio de albumínio, tão refratários à febre amarela como são os negros” (Pettenkofer citado em Benchimol, 1999, p.289). Mas foi a defesa da ideia de aclimatação que se tornou a posição oficial do governo imperial. As recomendações eram que durante a “estação calmosa”,⁸ quando a cidade estava geralmente deflagrada pela febre amarela, os recém-chegados deveriam ser conduzidos diretamente para os depósitos de Mendes, Barra do Piraí e Porto Real, onde ficariam aguardando o encerramento do surto epidêmico. No que diz respeito aos navios infectados por doenças exóticas ao território, como o cólera, a profilaxia era impedir o acesso ao lugar salubre, encaminhando o navio para o Lazareto da Ilha Grande ou, nos casos mais graves, ordenando que o navio retornasse para a Europa.

Tabela 2: Tempo de permanência dos imigrantes acometidos pela febre amarela na cidade do Rio de Janeiro em 1876

Tempo de permanência	Doentes
De dias até seis meses	676
Até um ano	523
Até dois anos	175
Até três anos	72
Mais de três anos	55

Fonte: Relatório da Junta Central de Saúde Pública, 1876, citado em Taunay (1877, Anexo F, p.52).

Prestando conta das ações empreendidas pelo seu departamento, José de Cupertino Coelho Cintra (1877, p.3), inspetor geral de Terras e Colonização,⁹ relatou que as casas arrendadas pelo governo na povoação de Mendes foram organizadas para receber os imigrantes da Hospedaria do Morro da Saúde, ficando esta última fechada durante o período epidêmico. Porém, as casas de Mendes foram insuficientes para abrigar o crescente número de imigrantes, obrigando o governo a recorrer às casas alugadas na Barra do Piraí e a aceitar favores do diretor da Colônia de Porto Real, que passou a receber imigrantes para aclimatação e não apenas os que desejavam se estabelecer na colônia.

Coelho Cintra informou, ainda, que encontrar locais adequados para realizar os serviços de hospedagem dos imigrantes não foi o único problema enfrentado durante a sua gestão. Para transportar os recém-chegados da cidade do Rio de Janeiro para o “cimo da serra”, por exemplo, foi necessário um verdadeiro esforço em conjunto, envolvendo a Companhia de Bondes a Vapor, o Trapiche da Prainha, a Companhia Locomotora e a Estação de Ferro Pedro II.

Recorri ao auxílio da companhia de bondes a vapor, que se pôs à minha disposição a fim de efetuar o movimento de embarque e desembarque dos imigrantes; utilizando-me também do armazém e trapiche da Prainha, que me foi por ela facultado para ponto de recepção e depósito de bagagem no litoral. Entendi-me igualmente com

a Companhia Locomotora para realizar com prontidão o transporte dos mesmos imigrantes e bagagens daquele trapiche à estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II (Cintra, 1877, p.3).

Havia um enorme esforço, certamente custoso e penoso, para deixar o imigrante o menos exposto possível às condições climáticas daquela região do litoral. Todos os dias, às nove horas da manhã, a Companhia de Bondes a Vapor auxiliava no desembarque dos imigrantes recém-chegados, transportando-os até o Trapiche da Prainha. Após esse horário, os navios que chegavam ao porto tinham os seus passageiros de terceira classe transferidos para o transporte Vassimon, colocado à disposição da Inspetoria Geral de Terras e Colonização pelo Ministério da Marinha para servir de abrigo a todos os imigrantes que pernoitavam no litoral. Na impossibilidade de o Arsenal da Marinha disponibilizar também lanchas para o desembarque, foram contratadas as embarcações da Companhia de Bondes a Vapor, conforme mencionado. Às dez horas da manhã, a condução da Companhia Locomotora levava os imigrantes do Trapiche da Prainha até a Estação de Ferro D. Pedro II, de onde seriam transportados para os depósitos de Mendes, Barra do Pirai e Porto Real.

Pode-se perceber, portanto, que a internação de imigrantes para os depósitos de Mendes, Barra do Pirai e Porto Real enfrentava grandes obstáculos. Ademais, o funcionamento de diferentes depósitos exigia a contratação de um número maior de funcionários. Coelho Cintra (1877, p.2) afirma que

para tão importante e afanoso serviço muito limitado era o pessoal pertencente à ex-Agência Oficial de Colonização. ... [Portanto] designei para coadjuvar-me mais alguns empregados, como auxiliares extraordinários, dois intérpretes e dois guardas, além dos chamados para servirem ao lado dos administradores dos sobreditos depósitos de imigrantes.

Em julho de 1876, com o fim da epidemia de febre amarela, os serviços de recepção e hospedagem dos imigrantes voltaram a funcionar normalmente, após a reabertura da Hospedaria do Morro da Saúde. O estabelecimento funcionou sob a responsabilidade do governo imperial até 1879, quando foi entregue por meio de um contrato a Cardoso de Albuquerque & Cia. Dois anos depois, as atividades da hospedaria foram definitivamente encerradas sob o argumento de que, em épocas de epidemia, exigiam “conveniências da saúde pública o recolhimento dos imigrantes recém-chegados à localidade” (D’Ávila, 1882, p.222).

O elevado índice de mortalidade entre os imigrantes durante os períodos epidêmicos garantiu à capital do Império a fama de “túmulo dos estrangeiros” (Taunay, 1877, p.2). A imagem dos imigrantes contraindo febre amarela após chegar à cidade do Rio de Janeiro, vindo a falecer pouco depois em virtude dessa doença, tornou-se prejudicial às propostas de implementação de políticas imigrantistas. Para se estabelecer um fluxo imigratório significativo era preciso reverter esse quadro. Diante disso, o governo imperial autorizou “a construção de um edifício adequado à recepção de imigrantes, em condições de comportar o movimento anual de trinta mil indivíduos, e organização de um serviço de informação, locação e venda de terras que habilitasse o colono recém-chegado a colocar-se convenientemente segundo a sua aptidão, e no menor prazo” (D’Ávila, 1882, p.222).

Para esse fim, em 16 de janeiro de 1883, a Inspetoria Geral de Terras e Colonização adquiriu a ilha das Flores e duas contíguas, pertencentes ao senador José Ignácio Silveira da Motta.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e o pensamento sanitarista

A ilha, que pertencera ao senador Silveira da Mota, fora visitada, anos antes, por uma comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que atestara um ambiente saudável, salubre e produtivo¹⁰ (Imperial..., 1876, p.3; Reznik, Fernandes, 2012, p.215).

Por conseguinte, aquele lugar tinha os requisitos para abrigar uma hospedaria oficial do Império do Brasil.

A ilha das Flores tornou-se uma opção viável para o estabelecimento de uma hospedaria de imigrantes por estar localizada na baía de Guanabara, a curta distância do Porto do Rio de Janeiro, próxima de águas navegáveis e de estradas férreas. Ademais, por se tratar de uma ilha, a região era adequada para a construção de uma hospedaria capaz de receber os imigrantes recém-chegados, afastando-os do contato com a população da Corte e, principalmente, com as suas constantes epidemias. O objetivo era manter os imigrantes longe das doenças e das possíveis contaminações decorrentes da cidade febril.

Em março de 1883, Afonso Augusto Moreira Penna, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ordenou que, depois de desembarcar no porto do Rio de Janeiro, todos os passageiros vindos de portos estrangeiros em terceira classe deveriam ser imediatamente transportados, com as suas respectivas bagagens, até a ilha das Flores, onde seriam acolhidos gratuitamente até o máximo de oito dias (Penna, 1884, p.214). Ficavam excluídos os passageiros de primeira e segunda classes e também aqueles que já possuíam receptores – familiares ou amigos – instalados no município da Corte (Reznik, Fernandes, 2012, p.221). Os demais deveriam embarcar nos pequenos batelões que os conduziram até a Hospedaria de Imigrantes, construída especialmente para recebê-los.

Após o desembarque na ilha, os imigrantes eram imediatamente alojados nos dormitórios. Segundo o *Guia do Emigrante*,¹¹

o acesso à Ilha é facilitado por uma ponte, onde se acham assentados os aparelhos necessários para o desembarque das bagagens que são recolhidas a um vasto e seguro armazém situado próximo à mesma ponte, com a qual se comunica por trilhos de ferro, sendo as bagagens colocadas em vagonetes que prontamente as levam aos respectivos lugares (Vasconcellos, 1884, p.12).¹²

Posteriormente, todos eram encaminhados para o Escritório da Diretoria, onde o escrivão realizava o registro dos imigrantes em livros, nos quais se anotavam, entre outras informações, o nome, a idade, o estado civil, a nacionalidade e a profissão de cada um. Apesar da presença de um funcionário responsável pela tradução, nem sempre um único intérprete conseguia dar conta da variedade de línguas faladas pelos imigrantes das mais diversas nacionalidades, sendo preciso recorrer aos passaportes.

Após o registro, os imigrantes passavam pelo consultório médico a fim de verificar o seu estado de saúde, prevenindo assim a entrada de doenças infectocontagiosas.

A inspeção médica funcionava como uma espécie de triagem, na qual os doentes eram encaminhados para a Santa Casa de Misericórdia, na cidade do Rio de Janeiro, ou, nos casos mais simples, internados nas enfermarias locais. Para auxiliar no tratamento de doenças, o estabelecimento contava, ainda, com uma botica, suprida com os mais diversos medicamentos.

Os imigrantes dividiam o mesmo espaço, pois, inicialmente, a Hospedaria da Ilha das Flores era constituída por um grande galpão em alvenaria (Penna, 1884, p.215, 216). Nesse espaço funcionavam quatro salões para dormitório, três salas para enfermaria, dois escritórios e um consultório médico. Durante um grande período, os alojamentos da hospedaria foram divididos de acordo com o gênero e o estado civil dos imigrantes. Desse modo, havia dormitórios para os jovens solteiros, os homens casados, as moças solteiras e as mulheres casadas com filhos pequenos. Devidamente acomodados, os imigrantes passavam por mais um momento de dificuldades em relação à culinária brasileira. Como sabemos, essa fala é recorrente em entrevistas com imigrantes europeus chegados ao Brasil durante o século XX. Podemos aludir à situação similar ao ler a crítica às refeições servidas no refeitório da Hospedaria da Ilha das Flores, publicada no jornal *A Folha Nova*, quando comenta as promessas do *Guia do Emigrante* (Vasconcellos, 1884):

a comida dos imigrantes, diz o folheto, 'é sadia, abundante e bem preparada – tendo-se muito em vista servi-los de preferência com os alimentos a que se acham mais habituados, segundo os usos de cada nacionalidade'. E, como prova, vem a enumeração dos pratos compondo o jantar, na qual figura a farinha de mandioca, que não tínhamos o prazer de saber tão vulgarizada na Europa ... Julgamos que seria mais adequado aos intuitos administrativos substituir ... por um bom prato de sopa ou polenta que seria mais apreciado pelos italianos, franceses, belgas ou alemães (A Guia..., 13 out. 1884, p.2).

A cozinha e o refeitório estavam instalados em um edifício contíguo à hospedaria. O prédio estava provido de móveis, utensílios e materiais de apoio indispensáveis para atender quatrocentas pessoas de uma só vez. Muitos desses objetos foram adquiridos do senador José Ignácio Silveira da Motta, durante os trâmites de compra e venda da ilha. Outras aquisições, como as 28 mesas de tampos de mármore que mobiliavam o refeitório, foram feitas na medida em que as obras foram sendo concluídas ou de acordo com a exigência do aumento do fluxo imigratório.

O ministro Afonso Augusto Moreira Penna afirma que a Hospedaria da Ilha das Flores deveria passar por alterações futuras, em virtude do aumento do número de imigrantes que ingressavam no país. Desse modo, o ministro anuncia que “outros melhoramentos irão sendo realizados à proposição das necessidades, tendo-se à vista que ao imigrante recém-chegado não falem condições de conforto” (Penna, 1884, p.216). A previsão do ministro estava correta, pois, apesar da oscilação, a década de 1880 presenciou o crescimento vertiginoso do movimento de entrada de imigrantes no Brasil, resultado dos investimentos nas políticas imigratórias (Tabela 3) (Gonçalves, 2012; Klein, 2000).

Tabela 3: Imigrantes ingressos no Brasil, no porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883-1890)

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	Ilha das Flores
1883	24.827	–	7.402
1884	19.608	17.999	8.138
1885	29.408	22.727	10.579
1886	25.741	22.236	12.501
1887	54.990	33.310	18.834
1888	131.745	55.863	33.384
1889	65.187	–	26.848
1890	107.100	85.162	66.494

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1884-1891 (Penna, 1884; Moura, 1885; Prado, 1886; Vasconcellos, 1887, 1888, 1889; Silva, 1889; Glicério, 1890; Lucena, 1891).

Gradativamente, a Hospedaria da Ilha das Flores passou a receber um número maior de imigrantes, o que exigiu a ampliação da sua estrutura. Para ampliar os dormitórios, em 1886 foi construído um edifício exclusivo para a enfermaria (Vasconcellos, 1887). O novo prédio foi dividido em uma sala de consulta médica, uma sala de parto e duas enfermarias – uma masculina e uma feminina. Sua construção, além de possibilitar a ampliação do espaço destinado aos alojamentos, diminuiu os riscos de contágio, uma vez que isolou os doentes na ala norte da ilha.¹³

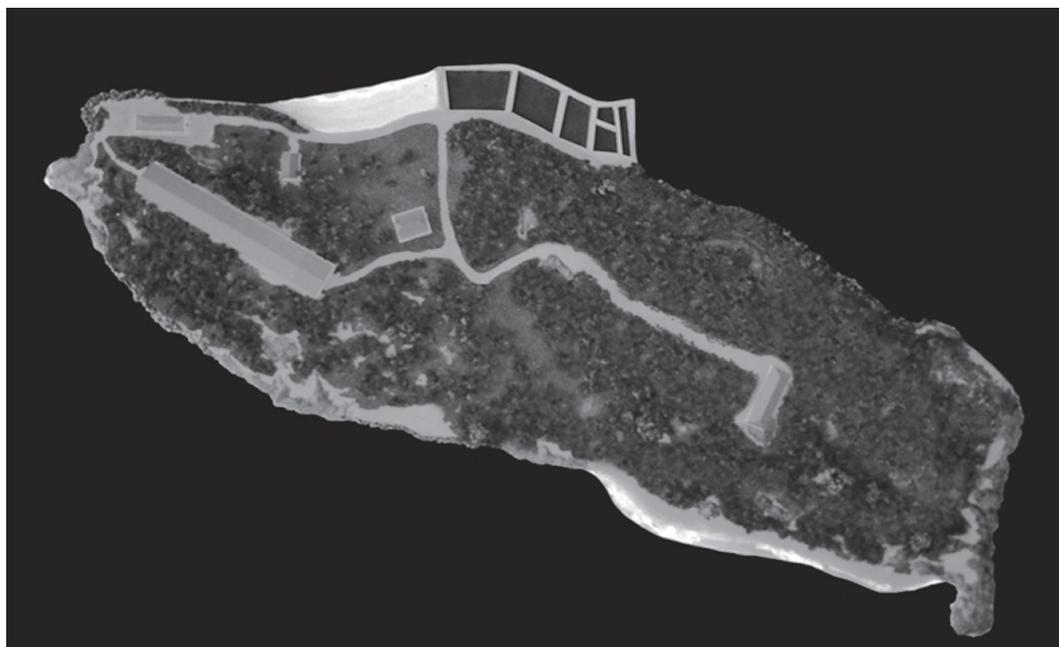


Imagem 1: Representação da Hospedaria de Imigração da Ilha das Flores em 1886 (maquete). À esquerda, alojamento de imigrantes. À direita, enfermaria da Hospedaria da Ilha das Flores (MIIF, 2014).

No ano seguinte, visando atender à crescente demanda pelo uso do local, foi feito um plano orçamentário para ampliar a capacidade da hospedaria de mil para três mil imigrantes (Vasconcellos, 1888). O plano incluiu a ampliação do depósito de bagagens e do refeitório, além da construção de um compartimento exclusivo para os serviços da secretaria e de novos alojamentos.

As novas estruturas foram construídas em madeira, a fim de possibilitar uma rápida destruição no caso de epidemias, pois seriam mais fáceis de queimar do que as de alvenaria. Dessa forma, as obras realizadas na hospedaria estavam de acordo com os preceitos higienistas vigentes no período, que consideravam determinados lugares como retentores dos germes (Telarolli Júnior, 1996). Vale ressaltar que nesse período ocorreu “a interpretação da transmissão como conceito que guardava continuidade em relação à teoria do contágio” (Czeresnia, 1997), daí a necessidade de construir edifícios em madeira.

As obras de ampliação da hospedaria demonstram que, durante a década de 1880, o governo imperial gastou significativas somas para a manutenção da referida instituição, apostando no êxito da política imigrantista e na importância da hospedaria para a sua efetivação.

“Nova higiene”, novas práticas de recepção

Na década seguinte, a partir de 1894-1896, o governo republicano delegou aos estados a responsabilidade de promover a imigração, bem como de recepcionar e alojar os seus respectivos imigrantes (Costa, 2015). Por conseguinte, os gastos da União com a manutenção da Hospedaria da Ilha das Flores diminuíram drasticamente, levando a instituição a perder a importância que tinha na década anterior.

Nesse contexto, o jornal *O País* publicou uma série de notas denunciando a situação da Hospedaria da Ilha das Flores, conforme se verifica na matéria a seguir:

Sabemos que se acham alojados na Hospedaria da Ilha das Flores dois mil e tantos imigrantes e que são esperados por estes dias próximos mais mil.

Na quadra epidêmica que atravessamos e conhecida a grande receptividade que têm os estrangeiros recém-chegados pela febre amarela e outras moléstias próprias dos países quentes não nos admiraríamos se tivéssemos de lamentar uma hecatombe na referida ilha. E tal seria ela que nem prover nos é dado as suas consequências, sabendo-se que na ilha das Flores não existe uma estufa de desinfecção, nem um pavilhão para isolar enfermos, nem sequer acomodações para tanta gente, e finalmente nem água potável, pois esta é transportada diariamente em barris que vão d’aqui ... decididamente a ilha das Flores precisa de urgentes melhoramentos, e entre estes, aqueles que se destinam a sanar as faltas que apontamos são os mais necessários, são imprescindíveis e urgentíssimos (Sabemos..., 23 fev. 1896, p.1).

Mais dez anos se passaram, e o governo recuou em relação ao movimento anterior. Em 1907, o governo da União volta a centralizar a política imigratória com a justificativa que, com exceção de São Paulo, nenhum estado obteve condições para manter a imigração subvencionada (Almeida, 1908). Assim, em julho daquele ano, sob a responsabilidade da

Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, a Hospedaria da Ilha das Flores passou por uma completa reestruturação a fim de prover melhor desempenho nos serviços de recepção, hospedagem, alimentação, tratamento médico e encaminhamento dos imigrantes. Nesse período, uma nova concepção sanitária servia de pano de fundo para as reformas da hospedaria.

O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por mudanças no padrão de prevenção e combate de epidemias, tais como as de febre amarela. O velho antagonismo entre teorias contagionistas e anticontagionistas foi dando lugar à busca pelos vínculos com a patologia e, assim, as diferenças entre as duas teorias tenderam a se diluir.

Ao descrever as descobertas do médico Henle, Czeresnia (1997, p.91) aponta que

O contágio é, então, o agente de uma inflamação, cujas propriedades físico-químicas indicam que sua matéria é orgânica e, ademais, viva. Multiplica-se no organismo e é excretado no fim da doença. ... Não importa mais saber se 'contágio' ou 'miasma' vêm da atmosfera ou se aderem aos corpos fluidos e sólidos. O que define o veículo do contágio é sua natureza específica, que produz processo inflamatório também específico para cada tipo de doença (destaques no original).

As descobertas subsequentes à formulação de Henle, feitas por Pasteur e Koch, deram origem à nova ciência dos micróbios. A bacteriologia provou que doenças poderiam surgir em um determinado local, e a insalubridade poderia tornar o ambiente adequado para a multiplicação dos microrganismos causadores de enfermidades. Nessas condições, tais microrganismos poderiam ser facilmente transmitidos, tornando a aglomeração de pessoas em locais sujos e sem ventilação um risco eminente para a saúde pública.

As novas percepções sobre as formas de transmissão de doenças foram amplamente discutidas e difundidas em conferências e congressos médico-científicos internacionais (Almeida, 2006), que ensejaram convenções e, especialmente, concepções acerca de medidas sanitárias. Especial destaque deve ser dado à 11ª Conferência Sanitária Internacional, realizada em Paris, em 1903, na qual o mosquito *Stegomyia fasciata* foi reconhecido como o vetor da febre amarela.¹⁴

As convenções médico-sanitaristas, tanto as realizadas na Europa como as que começaram a ser promovidas na América Latina a partir dos anos 1880, estimularam a universalização das medidas sanitárias. De acordo com Rebelo (2013, p.773-775), as ações adotadas em nome da “nova higiene”,¹⁵ visando sistematizar as práticas de recepção de imigrantes e, conseqüentemente, dos transatlânticos, não se restringiam à saúde pública, uma vez que as decisões envolviam questões políticas e econômicas.

A profilaxia marítima tradicional, isto é, as quarentenas, prejudicava os interesses de comerciantes e donos de grandes indústrias. Restringir a entrada de pessoas e mercadorias em um país, sob a alegação de possíveis epidemias, significava perdas e limitações para a expansão dos negócios. Nesse sentido, Rebelo argumenta que a bacteriologia acabou por auxiliar esses interesses ao substituir a detenção dos navios pelo expurgo das matérias contaminadas por meio da desinfecção pelo aparelho de gás de Clayton¹⁶ e pela vigilância médica dos desembarcados.

No caso do Brasil, as novas regras sanitárias foram explicitadas no Regulamento do Serviço Sanitário de 1904, em virtude da Convenção Sanitária entre as Repúblicas Platinas,

assinada no Rio de Janeiro no mesmo ano. As medidas profiláticas adotadas a partir de então consideravam a vigilância sanitária e as cartas de saúde os seus principais componentes. Segundo o art. 12 da convenção, “deveria ser entendido por vigilância sanitária a observação médica exercida pela autoridade sanitária sobre os passageiros ou transeuntes procedentes de localidades contaminadas ou suspeitas, dentro de um prazo de tempo que não excederia o período de incubação da moléstia que se queria evitar” (Rebelo, 2010, p.184).

As cartas de saúde eram uma espécie de visto de entrada, dado ao navio para que ele tivesse livre prática no porto. O navio era considerado “limpo” se não houvesse registro de doenças no porto de procedência ou no de escala; “sujo” se ocorresse epidemia a bordo ou casos isolados de moléstias pestilenciais. Não havendo nada fora da normalidade, os imigrantes, que eram os principais alvos da inspeção, eram encaminhados para a Hospedaria da Ilha das Flores.

A “nova higiene” se preocupou em submeter as medidas de prevenção da saúde pública à luz da teoria da bacteriologia, o que torna compreensíveis as medidas adotadas na Hospedaria da Ilha das Flores, como a instalação de estufas de desinfecção próximo ao Cais Central. O relatório de Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1908, p.1.521), ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, descreve que

em frente às pontes de desembarque da Ilha das Flores encontram-se dois barracões e um alpendre. Num dos barracões devem ser instaladas estufas para a desinfecção de roupas e bagagens dos imigrantes, e uma lavanderia a vapor, com aproveitamento da mesma caldeira que servir aquelas; o outro que é de madeira convirá substituir por instalações mais adequadas às diversas dependências da administração, como escritório de recepção e registro de imigrantes, casas de vigia, depósito de bagagens pesadas etc.

A substituição das construções em madeira não se limitou ao barracão em frente às pontes de desembarque, pois, em 1907, apenas a residência do administrador da hospedaria estava em perfeito estado de conservação. Os alojamentos em madeira foram todos demolidos, e, para substituí-los, três novos pavilhões de cimento armado foram construídos. Cada pavilhão media 80m de comprimento por 12m de largura, além de serem circundados por varandas. Internamente, os edifícios possuíam 3m de altura, permitindo maior circulação de ar e evitando, assim, determinados tipos de doenças.

A leitura dos relatórios do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas corrobora que, durante a elaboração do projeto de construção das novas dependências da hospedaria, a preocupação com as condições sanitárias foi constante. Cada um dos pavilhões era capaz de alojar quinhentos imigrantes, que deveriam ficar acomodados lado a lado, em beliches de ferro. Era essencial, portanto, criar um ambiente salubre e bem ventilado, a fim de impedir a multiplicação dos microrganismos causadores de enfermidades, conforme se observa no trecho a seguir.

As portas, em número de 54, com persianas e telas de ferro e os lanternins embaixo de cada abobadilha, também com persianas, mantêm o necessário arejamento e a conveniente iluminação interna mesmo quando fechados.

O vasto porão, sem divisões, estanque, arejado e iluminado por seis portas e uma série de mezaninos retangulares, se bem que projetados com fins higiênicos ou para guarda de malas, bagagens etc., é tão limpo, seco, ventilado e claro, que poderia servir

em caso de grande acúmulo repentino de imigrantes, para dormitório extraordinário (Almeida, 1908, p.87).

A utilização de alvenaria confirma, ainda, o rompimento com a ideia de construção de edifícios apenas em madeira, uma vez que tal prática era realizada pensando-se em futuras epidemias e na destruição rápida desses lugares considerados como retentores dos germes. O advento da microbiologia e a noção de que seria um conjunto de fatores que propagaria as doenças que se transmitiam por vetores viabilizaram a derrubada dos edifícios em madeira, que foram substituídos por alvenaria.

Outras medidas foram adotadas visando à salubridade da hospedaria, entre elas a construção de uma rede regular de esgoto que possibilitou o tratamento de dejetos em tanques sépticos, impedindo o seu lançamento direto para o mar. Além de evitar a poluição da baía de Guanabara, os tanques impediam que, ao tomar banho de mar, os imigrantes contraíssem doenças provocadas pela contaminação das águas.

As epidemias de cólera ocorridas na década de 1890 ensejaram maior preocupação com o despejo de “águas servidas” na baía de Guanabara, após a constatação do médico Francisco de Castro, que correlacionou a doença a um germe específico encontrado no intestino dos coléricos, passível de ser transmitido mediante suas dejeções ou por objetos e água contaminados por ele (Benchimol, 1999).

No que se refere ao fornecimento de água, houve a construção de uma caixa d’água na ala norte, com capacidade de armazenar quatrocentos mil litros. Nessa mesma época, o abastecimento passou a ser feito por encanamentos que ligavam a ilha das Flores à cidade de Niterói. Tais medidas solucionaram os problemas com o fornecimento de água, que causavam transtornos tanto para o asseio da hospedaria quanto para a saúde dos imigrantes, por vezes sujeitos a realizar sua higiene na água do mar e ingerir água salobra.

Considerações finais

É sintomática a preocupação com as condições sanitárias da Hospedaria da Ilha das Flores durante a sua reestruturação, ocorrida em 1907, assim como na sua construção, na década de 1880. Os preceitos sanitaristas de cada época tiveram relevância nas decisões sobre a recepção das levas de imigrantes e, consequentemente, na organização e funcionamento da hospedaria.

Nas décadas de 1870 e 1880, quando se estruturou a Hospedaria de Imigrantes, a ênfase recaiu sobre as teses anticontagionistas, ou seja, a crença de que o veneno vindo de matéria animal e vegetal em putrefação causava as doenças. Era necessário, portanto, receber os recém-chegados longe desse ambiente, característico da cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a ilha das Flores, com sua “proverbial salubridade”, tornou-se o local ideal para o estabelecimento da hospedaria de imigrantes. Alguns edifícios foram construídos em madeira, devido ao conceito de transmissão e a sua ligação com a teoria dos germes. Desse modo, em casos de epidemia, poderia haver rápida e completa destruição dos alojamentos por meio de incineração.

Pouco mais de vinte anos depois, a centralização da política migratória, em 1907, e a subsequente retomada da importância da Hospedaria da Ilha das Flores como espaço primordial para a recepção de imigrantes no país ocorreu sob novas perspectivas no higienismo. As conferências internacionais situam novas medidas profiláticas em relação às epidemias, em meio aos avanços da bacteriologia. A aceitação dessas ideias pela comunidade médica e científica¹⁷ resultou na reestruturação da Hospedaria da Ilha das Flores, com a construção de alojamentos amplos e arejados e a instalação de modernos aparelhos de desinfecção, que prometiam exterminar todo tipo de vetor.

Manter os imigrantes saudáveis foi o objetivo tanto do governo imperial quanto do governo republicano, pois ambos acreditavam ser o europeu o principal responsável pelo progresso e civilização do país. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, carregada de sua funcionalidade receptora, não poderia ficar imune aos preceitos científicos de sua época. Desse modo, as instalações que integravam o complexo da hospedaria foram mais do que simples edifícios, pois refletiram o pensamento sanitário vigente no momento em que foram construídas.

AGRADECIMENTOS

Este artigo se insere nos esforços coletivos de pesquisa do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, inscrito no GRPesq CNPq, coordenado por Luís Reznik. Agradecemos a todos os pesquisadores do grupo – estudantes de graduação e pós-graduação, mestres, doutores e professores universitários –, em especial a leitura crítica de Henrique Mendonça da Silva. Agradecemos também as valiosas críticas e sugestões dos pareceristas deste periódico. A pesquisa se beneficiou do apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

NOTAS

¹ Klein informa que, entre 1880 e 1915, o Brasil e a Argentina receberam 2,9 e 4,2 milhões de imigrantes, respectivamente, ficando atrás apenas dos EUA, que, nesse mesmo período, registrou a entrada de mais 21 milhões de imigrantes (Klein, 2000).

² Sob a gestão do governo do estado de Nova York, Castle Garden recebeu os imigrantes que chegaram aos EUA entre os anos de 1855 e 1890 (Moreno, 2003).

³ A Hospedaria do Morro da Saúde funcionou de 1867 a 1881, sendo obrigada a encerrar suas atividades nos verões de 1876 e 1881, em virtude das epidemias de febre amarela (Almeida, 1877, p.403; D'Avila, 1882, p.222; Oliveira, nov. 2008).

⁴ Na lógica de ocupação do território americano, as terras habitadas por indígenas foram consideradas vazias demográficas.

⁵ Durante o governo imperial houve duas políticas de imigração distintas. A primeira, promovida pelo próprio governo, que criou núcleos coloniais de pequenos proprietários. A segunda, promovida pelos fazendeiros, interessados em mão de obra para as lavouras (Iotti, 2001, p.24).

⁶ Média feita com base nas informações contidas nos *Relatórios do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (Almeida, 1877, p.411; Sinimbú, 1878, p.58; 1879, p.45; Silva, 1889, p.154).

⁷ Max von Pettenkofer (1818-1901) estudou farmácia e medicina em Munique, formando-se em 1843. Em meados do século XIX, acompanhou em Munique uma epidemia de febre tifoide devida à água infectada. Pettenkofer recomendou que os poços fossem abandonados e a água fosse canalizada diretamente dos lagos. Seus estudos sobre cólera e febre tifoide serviram para explicar, por analogia, a transmissão da febre amarela.

⁸ Período compreendido entre os meses de dezembro e março, caracterizado pelo intenso calor.

⁹ No ano de 1876, foi criada a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pela fiscalização e direção de todos os serviços referentes à imigração e à colonização. Entre outras atribuições, coube à inspetoria assegurar ao imigrante hospedagem e transporte gratuito até o lugar que preferisse, dando-lhe plena e completa liberdade de se estabelecer na colônia que escolhesse para sua residência, bem como a garantia de acesso a terra, sementes e instrumentos de trabalho (Iotti, 2001).

¹⁰ Em seu relatório, a comissão faz a seguinte descrição: “O terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações” (Imperial..., 1876, s.p.). Constatava-se a produtividade pelo elevado número de árvores frutíferas – havia oitocentas videiras carregadas –, leguminosas na horta e plantava-se mandioca para a produção da fécula. A ilha contava ainda com galinheiros e currais.

¹¹ O *Guia do Emigrante para o Império do Brasil* foi publicado em 1884, sob as ordens do inspetor geral de Terras e Colonização, Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos (1884), a fim de divulgar na Europa os favores e benefícios concedidos aos que desejassem imigrar para o Brasil.

¹² Trata-se de material de propaganda distribuído na Europa, informando os auxílios e favores concedidos aos imigrantes espontâneos.

¹³ Na década de 1880, com exceção da enfermaria, todos os outros edifícios estavam localizados na ala sul da ilha.

¹⁴ Posteriormente, os mosquitos *Aedes aegypti*, *Aedes albopictus* e *Haemagogus janthinomys* também foram diagnosticados como vetores intermediários do vírus da febre amarela.

¹⁵ A expressão “nova higiene” aparece nos relatórios governamentais pesquisados por Rebelo (2013), utilizada como forma de apontar certas diferenças na legislação e nas práticas sanitárias entre o final do século XIX e início do século XX.

¹⁶ Em 1903, o aparelho de gás de Clayton surgiu como a nova estrela da profilaxia moderna, passando a ser utilizado na desinfecção de navios, mercadorias e bagagens, com a promessa de liquidar qualquer tipo de vetor (rato, pulga, mosquito) e micróbios (Rebelo, 2013, p.781).

¹⁷ A partir da leitura de Benchimol (1999), Rebelo (2013, p.778) argumenta que, com os avanços da bacteriologia, ocorreu certa convergência entre contagionistas e anticontagionistas: “No lugar de um antagonismo entre a velha higiene dos miasmas e a nova ciência dos micróbios, o que ocorreu foi uma retificação da ação dos velhos pressupostos à luz da estratégia dos novos, realizando-se uma tradução recíproca de interesses vantajosos para metas que uns e outros perseguiam. Para cada doença que se pretendia combater, a velha higiene tinha que travar batalhas contra as forças da natureza, a topografia das cidades, os solos encharcados. Com o micróbio específico para cada enfermidade, os pasteurianos indicavam a direção das batalhas”. Segundo Benchimol (1999, especialmente cap. 7 a 10), as décadas de 1890 e 1900 vivenciaram intenso debates sobre as perspectivas da cura e do tratamento das epidemias, e a gestão de Oswaldo Cruz, na direção dos serviços sanitários da cidade do Rio de Janeiro, teria sido um importante ponto de inflexão.

REFERÊNCIAS

A GUIA...

A Guia do Imigrante para o Império do Brasil.
A Folha Nova, p.2. 13 out. 1884.

ALMEIDA, João Thomaz José Coelho de.
Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado na primeira sessão da décima sexta Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança. 1877.

ALMEIDA, Marta.
Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.13, n.3, p.733-757. 2006.

ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e.
Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios de Indústria, Viação e Obras Públicas, apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1908.

BENCHIMOL, Jaime Larry.
Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry.
Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Editora UFRJ. 1999.

BRASIL.

Decreto n.3.784, de 19 de janeiro de 1867. Aprova o regulamento para as colônias do Estado. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, v.1. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. p.31. 1867.

CHALHOUB, Sidney.

Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

CINTRA, José de Cupertino Coelho.

Relatório apresentado ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo inspetor geral de Terras e Colonização. In: Almeida, João Thomaz José Coelho de. *Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, apresentado na primeira sessão da décima sexta Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança. Anexo A23. 1877.

COSTA, Julianna.

Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para efetivação das políticas migratórias, 1883-1907. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

CZERESNIA, Dina.

Do contágio à transmissão: uma mudança na estrutura perceptiva de apreensão da epidemia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.4, n.1, p.75-95. 1997.

DANTAS, Manoel Pinto de Souza.

Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança. 1867.

D'ÁVILA, Henrique Francisco.

Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1882.

GLICÉRIO, Francisco.

Relatório apresentado ao chefe do governo provisório pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1890.

GONÇALVES, Paulo César.

Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda. 2012.

HOBBSAWM, Eric.

A era do capital, 1848-1875. Tradução Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1996.

IMPERIAL...

Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. *Relatório da Comissão encarregada de examinar o estabelecimento de piscicultura da ilha das Flores*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1876.

IOTTI, Luiza (Org.).

Imigração e colonização: legislação de 1747-1915. Porto Alegre; Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Educ. 2001.

KLEIN, Herbert.

Migração internacional na história das Américas. In: Fausto, Boris (Org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp. p.13-31. 2000.

LUCENA, Henrique Pereira de.

Relatório apresentado ao Presidente da República do Brasil pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1891.

MENEZES, Lená.

Imigração europeia no Brasil: discursos, práticas e representações, 1870-1930. *Latinidade*, v.3, p.73-84. 2013.

MIIF.

Museu de Imigração da Ilha das Flores. *Exposição Cais do Bote*. São Gonçalo. 2014.

MORENO, Barry.

Images of America: Ellis Island. South Carolina: Arcadia. 2003.

MOURA, João Ferreira de.

Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1885.

OLIVEIRA, Betty Antunes de.

Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no século XIX. Disponível em: <<http://bettyoliveira.com.br/historia/arquivos/DadosImigracaoAmericana.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2018. nov. 2008.

PENNA, Afonso Augusto Moreira.

Relatório apresentado à Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1884.

PRADO, Antônio da Silva.

Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1886.

REBELO, Fernanda.

Entre o Carlo R. e o Orleansais: a saúde pública e a profilaxia marítima no relato de dois casos de navios de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, 1893-1907. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.20, n.3, p.765-796. 2013.

REBELO, Fernanda.

A travessia: imigração, saúde e profilaxia internacional, 1890-1926. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2010.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento.

Imigração: documentação, política e história. In: Cancino, Hugo et al. (Org.). *Miradas desde la historia social y la historia intelectual: America Latina en sus culturas: de los procesos independentistas a la globalización*. Córdoba: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti. p.213-224. 2012.

SABEMOS...

Sabemos que se acham alojados... *O País*, p.1. 23 fev. 1896.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.

O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SEYFERTH, Giralda.

Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n.53, p.117-149. 2002.

SILVA, Rodrigo Augusto da.

Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado na quarta sessão da vigésima Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1889.

SINIMBÚ, Lins Vieira Cansansão de.

Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado na segunda sessão da décima sétima Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias. 1879.

SINIMBÚ, Lins Vieira Cansansão de.

Relatório do ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, apresentado na primeira sessão da décima sétima Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias. 1878.

TAUNAY, Alfredo d'Escragno.

Relatório da Junta Central de Higiene Pública apresentado ao ministro dos Negócios do Império. In: Figueiredo, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima sexta legislatura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Anexo F. 1877.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho.

Imigração e epidemias no estado de São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.3, n.2, p.265-283. 1996.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de.

Relatório do Inspetor Geral de Terras e Colonização. In: SILVA, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Anexo E. 1889.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de.

Relatório do inspetor geral de Terras e Colonização. In: Silva, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na terceira sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Anexo E. 1888.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de.

Relatório do inspetor geral de Terras e Colonização. In: Silva, Rodrigo Augusto da. *Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da vigésima legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Anexo F. 1887.

VASCONCELLOS, Francisco de Barros e Accioli de.

Guia do emigrante para o Império do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1884.

